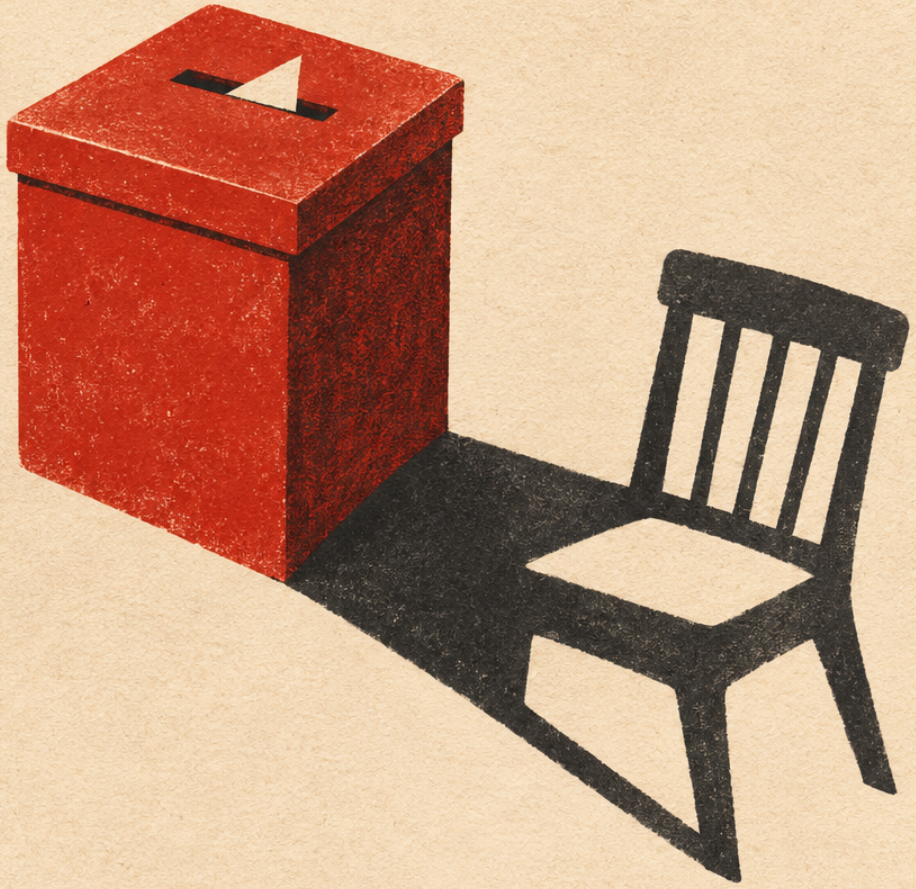
A Democracia sem cidadania



Francisco Gonçalves

NOVA EDIÇÃO, REVISTA E AUMENTADA

A Democracia sem cidadania

Francisco Gonçalves

18 de Novembro de 2026

Índice

Nota prévia a esta edição 4

Prólogo — O País em Modo Infantil 5

Parte I — O Diagnóstico 6

Capítulo I — Democracia Formal, Substância em Cacos 6

Capítulo II — Partidarite Aguda: a Doença da Pertença 7

Capítulo III — O Homem Providencial: o Salvacionismo Recorrente 9

Parte II — Os Guardiões Ajoelhados 11

Capítulo IV — Jornalismo de Joelhos: da Pergunta à Vénia 11

Capítulo V — A Justiça Cega, mas só para Alguns 13

Capítulo VI — O Grande Roubo: Bancos, PPP e Dinheiro Público 16

Capítulo VII — A República dos Carimbos: Estado, Burocracia e Poderes Paralelos 19

Parte III — O Povo e o Ruído 22

Capítulo VIII — A Fábrica do Ruído e as Tribos Digitais 22

Capítulo IX — O Povo Anestesiado: Pobreza, Cansaço, Resignação 23

Capítulo X — A Escola da Superfície e a Juventude Capturada 25

Capítulo XI — A Linguagem do Regime: Palavras que Escondem 27

Parte IV — A Cura 29

Capítulo XII — Como se Cura uma Infância Política 29

Capítulo XIII — Objecções e Respostas 31

Epílogo — A Saída não é um Homem, é um Povo Adulto 33

Fontes e Leituras 34

Nota prévia a esta edição

A primeira edição deste livro era um diagnóstico. Esta quer ser um diagnóstico com provas.

Entre Fevereiro e Novembro de 2026 voltei aos meus outros livros — *Os Donos do Regime*, *O Teatro dos Partidos*, *O Grande Roubo da República*, *O Caderno Negro da Corrupção Portuguesa*, *A Arte de Bem Roubar em Portugal*, *A República dos Carimbos*, *Os Senhores da Miséria*, *Ensaios sobre o Declínio da Educação*, *Democracia Directa*, *Portugal: Meio Século de Declínio*, *A Lenta Morte das Democracias* e o *Manual do Cidadão Português*. Cada um olhava para uma parte do problema. Este junta-as.

Três coisas mudam em relação à primeira edição:

- **Os números têm fonte.** Onde antes havia indignação, há agora o Tribunal de Contas, o INE, o Eurobarómetro, os Repórteres Sem Fronteiras, a Comissão Europeia. A indignação fica — mas apoiada.
- **Os clássicos entram na conversa.** Platão, Aristóteles, Hobbes, Montesquieu, Kant, Tocqueville, Popper. Nada do que aqui se diz é novo; novo é apenas o país onde acontece.
- **Há um capítulo de objecções.** Um diagnóstico que não enfrenta quem discorda é apenas uma opinião em voz alta.

Distingo sempre três coisas: o que está provado, o que está em investigação e o que é a minha leitura. Um livro que exige rigor ao poder tem de o exigir primeiro a si próprio. Os cinco casos documentados assentam em fontes públicas, indicadas junto de cada exemplo.

PRÓLOGO

O País em Modo Infantil

Portugal tem uma democracia com cinquenta anos e comporta-se como uma criança de cinco. Não por falta de inteligência. Por falta de hábito de ser adulto.

Uma criança espera que alguém resolva. Zanga-se, esquece, volta a confiar. Aceita a promessa como se fosse um facto. Prefere o ruído ao método, o herói ao processo, a camisola ao argumento. E é, por isso mesmo, fácil de governar.

Kant chamou-lhe *menoridade*: a incapacidade de nos servirmos da nossa razão sem a tutela de outro. E acrescentou o que mais dói — que essa menoridade é muitas vezes culpa própria, não por falta de entendimento, mas por falta de coragem. Tocqueville, em 1840, previu o resto: um poder tutelar, suave e paternal, que não tiraniza, apenas cuida — e que procura manter os cidadãos, para sempre, na infância.

Os portugueses sabem. Segundo o Eurobarómetro de 2024, 96% consideram a corrupção um problema comum no país, e 78% acham que aumentou nos últimos três anos. Sabem — e mesmo assim nada muda. Esse é o paradoxo que este livro tenta explicar: não é um povo enganado, é um povo resignado. Não lhe falta informação. Falta-lhe consequência.

Este livro não é consolo. É um espelho. E a sua tese cabe numa linha: **a saída não é um homem. É um povo adulto.**

PARTE I

O Diagnóstico

CAPÍTULO I

Democracia Formal, Substância em Cacos

Portugal tem tudo o que uma democracia deve ter no papel: eleições livres, Constituição, parlamento, tribunais, imprensa. O que lhe falta não se vê nas cerimónias. Falta-lhe consequência.

Votar é um acto, escolher é um processo

Votar é pôr uma cruz de quatro em quatro anos. Escolher exige três coisas: informação verificável, alternativas reais e a possibilidade de castigar quem falhou. Sem as três, o voto é um ritual — respeitável, mas vazio.

Popper deu a definição mais útil de democracia que conheço. Não é o governo do povo; é o regime em que se pode afastar um mau governante sem derramar sangue. O teste, portanto, não é se há eleições. É se a eleição corrige alguma coisa.

Os sinais de esvaziamento

A abstenção é o primeiro. Nas legislativas de 1975 foi de 8,3%; em 2019 chegou a 51,4%, mais não-votantes do que votantes. Desceu desde então — 41,7% em Maio de 2025 — mas parte dessa subida de participação veio do protesto, não da confiança.

O segundo sinal é a desconfiança. A OCDE e o Eurobarómetro repetem o mesmo retrato: um país que vota mas não acredita em quem elege.

O terceiro é a impunidade. Quando os grandes casos se arrastam por mais de uma década, a mensagem que chega ao cidadão é simples: o poder não paga.

Forma e substância

Aristóteles distinguia os regimes pelo fim que servem, não pela forma que têm. Uma democracia que serve uma minoria organizada é, para ele, uma corrupção do regime — mesmo que mantenha todas as cerimónias. É essa a nossa situação: a forma está intacta, a substância está em cacos.

A consequência é a palavra-chave deste livro. Uma democracia adulta mede-se por quanto custa ao poder errar. Em Portugal, custa pouco.

CAPÍTULO II

Partidarite Aguda: a Doença da Pertença

Os partidos são indispensáveis à democracia. O problema começa quando a democracia passa a ser indispensável aos partidos — como fonte de rendimento, de emprego e de poder.

O voto como receita

A lei do financiamento partidário atribui a cada partido, por cada voto nas legislativas, 1/135 do Indexante dos Apoios Sociais por ano. Em 2025, com o corte de 10% aprovado em 2017, isso dá cerca de 3,48 euros por voto e por ano, durante toda a legislatura, para partidos com mais de 50 mil votos ou um deputado eleito. Acresce uma subvenção mensal de 2.351,25 euros por deputado. Não é ilegítimo: o financiamento público protege os partidos do dinheiro privado. Mas cria um incentivo perverso. O voto deixa de ser apenas uma escolha do cidadão e passa a ser um activo do partido.

A camisola no lugar da consciência

A *partidarite* é a doença da pertença. O militante não pergunta se a medida é boa; pergunta de quem é. O erro dos nossos é um acidente; o dos outros, um escândalo. A lógica é a da claque de futebol, e não é por acaso que tantos debates políticos se parecem com programas desportivos.

O mecanismo institucional que alimenta isto tem nome:

- **Listas fechadas.** O eleitor escolhe um símbolo, não uma pessoa. Quem ordena a lista é a direcção do partido — e é a ela que o deputado deve o lugar.
- **Disciplina de voto.** O deputado vota o que a direcção decide, mesmo contra a sua consciência. Quem diverge desce na lista seguinte.
- **As juventudes partidárias.** Entra-se aos dezassete, sobe-se por lealdade, e muitos nunca chegam a trabalhar fora da política.
- **As nomeações.** Gabinetes, institutos, empresas públicas, reguladores: um ecossistema de lugares que recompensa a fidelidade.

O que dizem os clássicos

Robert Michels, em 1911, chamou-lhe a *lei de ferro da oligarquia*: toda a organização, mesmo a mais democrática, acaba governada por uma pequena elite que se perpetua. Os partidos portugueses são um caso de manual.

O remédio não é acabar com os partidos. É devolvê-los ao lugar de servos. Listas abertas ou voto preferencial, candidaturas independentes à Assembleia da República, limites de mandatos, concursos públicos para cargos técnicos: medidas que propus em *Os Donos do Regime* e em *O Teatro dos Partidos*, e que vários países europeus já praticam.

Instituto Português da Qualidade — quando o concurso dá lugar à escolha

Em Abril de 2025, a CReSAP repetiu a abertura do concurso para a presidência do Instituto Português da Qualidade. O perfil publicado valorizava, entre outros factores, a formação em economia ou gestão e a experiência em gestão de projectos e liderança de equipas. Segundo o despacho de nomeação, mesmo após a repetição, o júri ficou aquém do mínimo de três candidatos a apresentar à tutela.

Em Novembro de 2026, o Governo recorreu à escolha prevista no Estatuto do Pessoal Dirigente. Nomeou Pedro Gaspar por cinco anos, após um parecer não vinculativo da CReSAP que o considerou adequado ao cargo. O currículo publicado regista formação em Direito, uma década à frente da ASAE e, mais recentemente, a presidência da AIMA.

O aviso e o despacho permitem reconstituir o percurso da decisão. Para avaliar a concorrência efectiva, seria preciso cruzá-los com as actas e a avaliação dos candidatos. É aí que o escrutínio faz diferença: quantos se apresentaram, quantos chegaram à avaliação final e em que critérios assentou cada decisão?

FONTES

CReSAP — aviso integral e perfil do concurso

Diário da República — Despacho n.º 13430/2026, de 3 de Novembro

CAPÍTULO III

O Homem Providencial: o Salvacionismo Recorrente

De tempos a tempos, Portugal apaixona-se. Aparece um homem — quase sempre um homem — que promete limpar, endireitar, salvar. O país respira. Durante uns meses, tudo parece possível.

Depois vem o resto do ciclo, que se repete com precisão de relógio:

1. **Esperança.** O salvador diz em voz alta o que todos pensam.
2. **Mitificação.** Criticá-lo passa a ser trair a causa.
3. **Desilusão.** O poder mostra-se mais forte do que a promessa.
4. **Cinismo.** "São todos iguais." E o país espera o próximo.

Porque o salvador é um sintoma

O homem providencial não é a causa do problema. É o sintoma de mecanismos avariados. Quando a justiça não funciona, a imprensa não persiste e os partidos não se renovam, o cidadão deixa de acreditar em processos e passa a acreditar em pessoas. É compreensível. Mas é infantil, no sentido exacto deste livro: espera-se que um adulto resolva o que deveria ser resolvido por todos.

Platão já tinha descrito o perigo no Livro VIII da *República*. A democracia degenerada produz o demagogo, que se apresenta como protector do povo contra os poderosos — e acaba tirano. Portugal conhece bem a versão mais longa dessa história: quarenta e oito anos de ditadura, conduzidos por um salvador das finanças que se tornou dono do país.

O mito como escudo

Há um efeito menos óbvio. O mito do salvador protege o poder do escrutínio. Quem está numa missão histórica não presta contas por um contrato, uma nomeação, uma derrapagem. E os seus seguidores também não as pedem.

Uma democracia adulta não depende de heróis. Depende de regras que funcionam mesmo quando quem governa é medíocre. Montesquieu disse-o melhor do que ninguém: é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder. A disposição das coisas — não a virtude dos homens.

PARTE II

Os Guardiões Ajoelhados

CAPÍTULO IV

Jornalismo de Joelhos: da Pergunta à Vénia

Uma democracia com imprensa domesticada continua a parecer democracia. Tem jornais, telejornais e debates. Só lhe falta a pergunta que incomoda.

Tocqueville dizia amar a liberdade de imprensa menos pelo bem que faz do que pelos males que impede. É essa a sua função: tornar caro o abuso. Quando deixa de o fazer, a democracia não cai. Esvazia-se.

Livre, mas pobre

No ranking dos Repórteres Sem Fronteiras de 2026, Portugal está em 10.º lugar entre 180 países. A própria organização considera a liberdade de imprensa sólida. Mas o indicador económico está apenas em 26.º, com 62,25 pontos — de longe o pior dos cinco. O problema português não é a censura. É a pobreza. Uma redacção pobre depende de anunciantes, de accionistas e de acesso. E quem depende, ajoelha-se.

Os cinco mecanismos da vénia

1. **Selecção sem mentira.** O jornalismo capturado raramente mente. Escolhe o que entra na agenda, decide o enquadramento, controla o ritmo.

2. **A entrevista como cerimónia.** O convidado não é interrompido, a resposta vaga é aceite, a pergunta difícil não é repetida. Sócrates repetia a pergunta até a contradição aparecer.
3. **O comentador como nevoeiro.** Um comentador custa menos do que uma equipa de repórteres durante seis meses. Muitos são ex-governantes a comentar o seu próprio legado.
4. **A dependência do acesso.** Quem vive de fugas controladas aprende a não morder com força. A autocensura não precisa de censor.
5. **O ciclo das 48 horas.** Uma polémica dura um dia; um dossier sério precisa de semanas. Basta ao poder esperar.

SIRESP em Pedrógão Grande — que comunicações falharam?

A 23 de Junho de 2017, a RTP noticiou falhas nas comunicações durante o combate ao incêndio de Pedrógão Grande e ouviu um engenheiro de telecomunicações. Quando a Comissão Técnica Independente examinou o desempenho do SIRESP, o seu relatório permitiu distinguir dois problemas: a perda de ligação de algumas estações à rede e o congestionamento das que continuaram ligadas.

Cinco antenas ficaram desligadas da rede central, segundo a Comissão. Os terminais próximos dessas antenas ainda conseguiam comunicar localmente entre si. Para falar a maior distância através do SIRESP, era preciso alcançar uma estação ligada à rede. As estações que mantiveram essa ligação ficaram mais congestionadas. A Comissão observou ainda que os dados divulgados agregavam tentativas em intervalos de duas horas. Sem contar utilizadores e pedidos simultâneos, ficava por determinar se a capacidade da rede fora atingida.

É aqui que a reportagem pode ir mais longe. Uma mesma equipa pode carregar várias vezes no botão para conseguir falar. Quantas equipas chegaram a comunicar com o comando? Quanto

demoraram? Que ligações alternativas estavam disponíveis quando a principal se perdeu? São perguntas que permitem confrontar um anúncio de disponibilidade com o serviço que chegou ao terreno.

FONTES

RTP Arquivos — Falhas no SIRESP, 23 de Junho de 2017

Comissão Técnica Independente — relatório sobre os incêndios de Junho de 2017, secção 8.6

O que seria jornalismo de pé

Seguir o rasto documental. Nomear quem decidiu. Cruzar interesses. Voltar ao caso um ano depois, e cinco. Pedir documentos ao abrigo da lei de acesso aos documentos administrativos e publicá-los. Nada disto exige heróis: exige tempo, dinheiro e independência. Um financiamento público do jornalismo, gerido por uma entidade independente do governo, é uma via; o financiamento directo pelos leitores, outra.

Bentham dizia que a publicidade é a alma da justiça. Uma imprensa de joelhos é uma justiça sem alma.

CAPÍTULO V

A Justiça Cega, mas só para Alguns

A justiça portuguesa não é cega. É míope: vê bem de perto o pequeno contribuinte e mal ao longe o grande infractor.

Os números da lentidão

Não é uma impressão. Nos litígios de consumo, Portugal chegou a ser o país mais lento da União, com uma média de 837 dias em 2021, quase o triplo da norma europeia. Nos processos administrativos e fiscais, a média de cerca de 790 dias em primeira instância é o dobro da mediana europeia. A Comissão Europeia regista melhorias nos processos cíveis e comerciais — e é justo dizê-lo — mas o atraso estrutural continua.

Duas velocidades

A lentidão não é igual para todos. Uma multa da Autoridade Tributária chega depressa; uma penhora também. Mas os grandes processos económico-financeiros arrastam-se durante uma década ou mais, entre recursos, nulidades processuais e prescrições. Quem tem dinheiro compra tempo, e o tempo, em Portugal, compra impunidade.

Não é preciso imaginar conspirações. Basta olhar para o desenho:

- **Recursos quase infinitos**, que permitem adiar a decisão definitiva durante anos.
- **Prazos de prescrição** que correm a favor de quem consegue atrasar o processo.
- **Megaprocessos** que juntam tudo num só caso e se tornam impossíveis de julgar em tempo útil.
- **Falta de meios** no Ministério Público e nos tribunais — peritos, informática, funcionários.

Justiça tardia

Quem trabalhou em sistemas sabe que um processo sem *timeout* bloqueia tudo o resto. A justiça portuguesa é um sistema sem *timeout*. E uma justiça que decide quinze anos depois não castiga: arquiva a memória.

Aristóteles distinguia a justiça correctiva — a que repõe o equilíbrio quando alguém tira o que não é seu. Quando essa justiça

falha para os poderosos, o equilíbrio não é reposto. É invertido: os fracos pagam a conta dos fortes.

Matosinhos — dez anos à espera de uma sentença

Em Março de 2005, começou no Tribunal de Matosinhos uma acção cível para cobrar 11 843,48 euros relacionados com a alegada venda de parte de um imóvel. Dois dos réus, Francelina Nunes Lucas Saraiva e Duarte José Trigo Saraiva, foram citados a 29 de Março. A decisão favorável a ambos chegou em 16 de Outubro de 2015. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos contou mais de dez anos e meio desde a citação, num único grau de jurisdição.

Entre os atrasos que Estrasburgo identificou, houve um intervalo de um ano e sete meses para decidir sobre a intervenção de outra pessoa na causa e mais de um ano sem andamento entre Dezembro de 2010 e Março de 2012. A 4 de Outubro de 2016, o Tribunal concluiu que as autoridades portuguesas tinham a principal responsabilidade pela demora e declarou violados o direito à decisão em prazo razoável e o direito a um recurso efectivo. Atribuiu aos dois requerentes, em conjunto, 7 280 euros por danos não patrimoniais e 1 000 euros por custas e despesas.

A sentença interna acabou por lhes dar razão. Durante mais de uma década, a questão ficou em aberto. Quando se mede a justiça pelo desfecho, esse tempo desaparece da conta. Para quem teve de esperar, faz parte dela.

FONTE

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos — Nunes Lucas Saraiva e Trigo Saraiva c. Portugal, queixas n.os 63582/13 e 18347/14

O que mudaria tudo

Prazos máximos para a decisão final em casos de corrupção. Limitação dos recursos dilatórios. Suspensão da prescrição enquanto o processo corre. Equipas especializadas com peritos financeiros e informáticos. E estatísticas públicas, processo a processo, do tempo que cada caso demora. O que se mede, corrige-se.

CAPÍTULO VI

O Grande Roubo: Bancos, PPP e Dinheiro Público

Há um princípio que atravessa os últimos vinte anos da economia portuguesa: os lucros privatizam-se, as perdas nacionalizam-se.

A conta dos bancos

Caso	O que aconteceu	Custo para o Estado
BPN	Nacionalizado em Novembro de 2008	Mais de 6 mil milhões de euros até 2022, segundo o Tribunal de Contas
BES / Novo Banco	Resolução em Agosto de 2014; o Fundo de Resolução injectou depois 3.405 milhões	Cerca de 8 mil milhões, segundo cálculos da Lusa; a venda em 2026 devolveu cerca de 2 mil milhões
Sistema bancário, 2008–2019	Nacionalizações, resoluções e recapitalizações	Quase 21 mil milhões, mais de 3,3 mil milhões em juros, segundo o Tribunal de Contas

Para dar escala: o Tribunal de Contas calculou que, só até 2017, os contribuintes tinham entregue aos bancos o equivalente a três meses de todos os impostos e contribuições do país. E a presidente

do Conselho das Finanças Públicas chegou a chamar "sorvedouro" aos restos do BPN.

O fundador do BPN acabou preso. Mas o padrão geral é outro: as perdas são certas, as responsabilidades são vagas, e quem paga é quem nunca teve conta nesses bancos.

As parcerias público-privadas

As PPP nasceram de uma ideia razoável: o privado constrói e explora, o Estado paga ao longo do tempo. Em Portugal, demasiadas vezes, o risco ficou do lado público e o lucro do lado privado. Auto-estradas pagas pela disponibilidade e não pelo tráfego, contratos renegociados sempre no mesmo sentido, encargos empurrados para governos futuros.

Os projectos-fantasma

O novo aeroporto de Lisboa foi estudado durante cinco décadas, entre Ota, Alcochete e Montijo. O TGV gerou estudos, consultoras e indemnizações antes de gerar um quilómetro de linha. A TAP foi nacionalizada, privatizada e renacionalizada, com milhares de milhões injectados entre 2020 e 2023. Cada um destes casos teve justificações técnicas. O que tiveram em comum foi a ausência de alguém que respondesse pelo custo de mudar de ideias.

A arte de roubar legalmente

O roubo mais eficaz não viola a lei. Usa-a:

- **Ajustes directos** justificados por uma urgência que nunca acaba.
- **Concursos à medida**, com requisitos técnicos escritos para um único concorrente.
- **Consultorias** caras, cujos estudos ficam na gaveta.
- **Portas giratórias** entre o gabinete que decide e a empresa que beneficia.

Autoridade Tributária — o que se compra num licenciamento «ilimitado»?

Em 2017, a Autoridade Tributária e Aduaneira convidou fornecedores de um acordo-quadro a apresentar propostas para licenças de software Oracle ou equivalente e serviços associados. O convite especificava produtos e suporte, mas deixava por fixar a quantidade de licenças. Chegou uma única proposta, da Timestamp — Sistemas de Informação. O contrato foi celebrado por 4 081 000 euros, sem IVA, e o preço foi reduzido por adenda para 3 599 000 euros.

A Autoridade Tributária sustentou que a modalidade de licenciamento estava abrangida pelo acordo-quadro. O Tribunal de Contas concluiu que o modelo ilimitado excedia o que aquele acordo previa e que se omitira o procedimento de contratação exigido, com potencial impacto na concorrência e no resultado financeiro. Em 2 de Maio de 2018, o plenário da 1.ª Secção manteve a recusa de visto ao contrato e à adenda. Os montantes acima são preços contratuais sujeitos a esse visto.

O detalhe decisivo estava na unidade de compra. As estimativas comunicadas pela própria Autoridade Tributária passaram de cerca de 860 núcleos de processamento para a possibilidade de vir a licenciar 2 896 ao longo do contrato. Para comparar propostas e escrutinar a despesa, o primeiro passo é tornar comparável aquilo que se pretende comprar.

FONTE

Tribunal de Contas — Acórdão n.º 8/2018, de 2 de Maio, processo n.º 3086/2017

Aristóteles chamava *crematística* à acumulação de dinheiro como fim em si mesmo, e considerava-a contrária à natureza da cidade. É o nome certo para o que aqui se descreve: não economia, mas extracção.

CAPÍTULO VII

A República dos Carimbos: Estado, Burocracia e Poderes Paralelos

Há um Estado que serve o cidadão e um Estado que se serve a si próprio. Em Portugal convivem os dois, e o segundo cresce mais depressa.

O procedimento no lugar do propósito

Escrevi *A República dos Carimbos* como sátira, mas qualquer português reconhece nela o país real. O formulário que exige outro formulário. A certidão que só se obtém com a certidão que se pede. O requisito escondido na página 217 de um guia. Quando o procedimento substitui o propósito, o Estado deixa de resolver problemas e passa a administrá-los.

Gerações de governos prometeram a reforma: Simplex, modernização administrativa, transição digital. Muito se fez — e é justo reconhecê-lo, Portugal tem serviços digitais que vários países invejam. Mas a burocracia, em boa parte, apenas mudou de suporte: passou do papel para o ecrã. Camada sobre camada, instituto sobre instituto, observatório sobre comissão.

O Estado não falha igualmente para todos

A burocracia é um imposto regressivo. Quem tem advogado, contabilista e conhecimentos atravessa-a. Quem não tem fica à porta. Por isso a reforma do Estado não é uma questão contabilística: é uma questão de justiça social.

Os poderes paralelos

O poder real nem sempre está onde o organograma diz. Está nas consultoras que escrevem a lei que depois aconselham a cumprir. Nos reguladores nomeados por quem deviam regular. Nas sociedades de advogados que passam do gabinete ministerial para o cliente privado. Nas autarquias — 308 pequenos reinos — onde o licenciamento, a revisão do PDM e o contrato público se cruzam com demasiada frequência.

Nada disto é, em regra, ilegal. É pior: é normal. A normalização do inevitável é a forma mais madura de captura.

CITIUS — mudar o mapa judiciário sem perder os processos

A 1 de Setembro de 2014 entrou em vigor a nova organização judiciária. Cabia ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça adaptar o CITIUS e migrar os processos para a nova estrutura. Nesse dia, vários operadores judiciais ficaram sem acesso funcional à plataforma. Um despacho publicado em Janeiro de 2015 relata que o plano inicial de migração tinha deficiências e que a documentação necessária à operação não estava concluída a tempo das primeiras tentativas.

Em Outubro, o Estado reconheceu os constrangimentos como justo impedimento e previu a entrega de actos em papel quando a via electrónica fosse inviável. A Ordem dos Advogados ainda registava processos indisponíveis, falhas de acesso ao histórico e actos de execução que não apareciam nos processos migrados. Para quem precisava de consultar os autos ou entregar uma peça, a diferença entre um processo transferido e um processo utilizável tinha consequências imediatas.

O CITIUS continuou a servir a justiça. Em Outubro de 2025, o IGFEJ anunciou a migração do SITAF para o CITIUS, no âmbito da unificação da tramitação electrónica. O episódio de 2014 deixa um critério para avaliar mudanças desta escala: uma migração está

pronta quando os utilizadores conseguem consultar, conferir e prosseguir os processos do princípio ao fim.

FONTES

Diário da República — Despacho n.º 389-A/2015, de 14 de Janeiro

Diário da República — Decreto-Lei n.º 150/2014, de 13 de Outubro

Ordem dos Advogados — relatório sobre o funcionamento do CITIUS, Outubro de 2014

IGFEJ — migração do SITAF para o CITIUS, Outubro de 2025

O que um engenheiro de sistemas faria

Mapearia os processos. Eliminaria os passos que não acrescentam valor. Publicaria os tempos de resposta de cada serviço, em tempo real. Imporia o princípio *uma só vez*: o Estado não pede ao cidadão o que já tem. E poria todo o código dos sistemas públicos em repositório aberto, para que qualquer cidadão competente o possa auditar. A Estónia fez quase tudo isto. Não é utopia; é engenharia.

PARTE III

O Povo e o Ruído

CAPÍTULO VIII

A Fábrica do Ruído e as Tribos Digitais

A censura antiga proibia. A nova inunda. Não é preciso esconder a verdade quando se pode afogá-la em ruído.

Escândalo, espuma e amnésia

O ciclo é sempre o mesmo. Um caso rebenta. Durante dois dias ocupa todas as aberturas de telejornal e todos os painéis de comentadores. Depois chega outro caso, ou um jogo de futebol, ou uma polémica sobre nada. O primeiro caso nunca é encerrado. Simplesmente deixa de ser falado. Sem seguimento, não há custo; sem custo, não há correcção.

Neil Postman avisou, nos anos 80, que o perigo não era o *1984* de Orwell, mas o *Admirável Mundo Novo* de Huxley: não um povo oprimido, mas um povo entretido até à morte. Guy Debord chamou-lhe a sociedade do espectáculo. Em Portugal, o espectáculo tem horário nobre.

As tribos digitais

As redes sociais acrescentaram uma camada nova. Os algoritmos não premeiam a verdade; premeiam a reacção. A indignação circula mais depressa do que a nuance, e a certeza mais do que a dúvida. Cada um vive na sua bolha, rodeado de quem pensa igual, e o outro deixa de ser um adversário para passar a ser um inimigo.

A consequência política é a tribalização. A pertença sobrepõe-se ao argumento. Partilha-se uma falsidade não por se acreditar nela, mas porque sinaliza de que lado se está. E as campanhas aprenderam a explorar isso com mensagens dirigidas, contas automáticas e uma economia da raiva que rende votos.

O que os clássicos não previram — e o que previram

Platão não conheceu o algoritmo, mas conheceu a caverna. Prisioneiros que só vêem sombras projectadas e as tomam pela realidade. O ecrã do telemóvel é a parede da caverna do século XXI — com a diferença de que agora cada prisioneiro escolhe as sombras que quer ver, e o algoritmo escolhe por ele.

Higiene cívica

Contra o ruído, o remédio é individual e colectivo. Individual: preferir fontes primárias, verificar antes de partilhar, desconfiar do que confirma demasiado bem o que já pensávamos. Colectivo: exigir transparência dos algoritmos das plataformas, como o Regulamento Europeu dos Serviços Digitais já começa a fazer, e financiar o jornalismo que segue os casos até ao fim.

CAPÍTULO IX

O Povo Anestesiado: Pobreza, Cansaço, Resignação

É fácil culpar o povo. É também injusto. Um povo que conta os trocos para pagar a luz não tem tempo mental para ler o Orçamento do Estado.

Os números da sobrevivência

Segundo o INE, em 2024 havia 15,4% das pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais — cerca de 1,66 milhões de portugueses. O limiar era de 8.679 euros por ano, pouco mais de 720 euros por mês para uma pessoa sozinha. E há um número que diz mais do que todos: sem pensões nem prestações sociais, a taxa de pobreza seria de cerca de 40%. Quatro em cada dez portugueses só não são pobres porque o Estado os ampara.

A tendência recente é de melhoria, e é honesto dizê-lo: o risco de pobreza desceu de 17% em 2023 para 15,4%. Mas as famílias monoparentais continuam com taxas acima de 35%, a habitação tornou-se inacessível para uma geração inteira, e os jovens qualificados continuam a emigrar.

A pobreza como regime político

A pobreza não é apenas um problema social. É um problema democrático. Quem depende do Estado para sobreviver tem medo de o contrariar. Quem trabalha dez horas por dia não vai a assembleias municipais. Quem não tem futuro não tem razões para investir no presente colectivo.

Aristóteles percebeu isto há vinte e quatro séculos: a cidade mais estável é a que tem uma classe média forte, porque nem os muito ricos nem os muito pobres sabem obedecer à razão. Os primeiros desprezam a lei; os segundos não têm condições para a defender.

O cansaço e o cinismo

Há uma segunda anestesia, mais subtil: o cansaço. Depois de tantos escândalos sem consequência, o cidadão protege-se com o cinismo. "São todos iguais." "Não vale a pena." "Sempre foi assim." O cinismo parece lucidez, mas é rendição. E é o melhor aliado do sistema: um povo que não acredita em nada não exige nada.

Não culpar a vítima

Por isso este capítulo recusa a frase fácil de que "o povo tem o que merece". O povo tem o que o sistema lhe permite ter. Culpar o povo absolve as instituições. A responsabilidade é partilhada — mas não é igual. Quem tem mais poder tem mais culpa.

CAPÍTULO X

A Escola da Superfície e a Juventude Capturada

Quem domina o que as crianças aprendem decide o que os adultos aceitarão. A escola é o lugar onde a democracia infantil se fabrica — ou onde poderia ser curada.

Uma escola que forma comportamentos

Em *Ensaios sobre o Declínio da Educação* descrevi uma deriva silenciosa. A filosofia e as artes perdem espaço nos currículos. A pergunta é substituída pela ficha, a leitura pelo excerto, o pensamento pela grelha de avaliação. O aluno que pergunta "porquê?" fora do programa é tratado como perturbador. O resultado não é um aluno ignorante; é um aluno obediente. E um aluno obediente torna-se um cidadão obediente.

A Educação para a Cidadania existe no papel. Mas uma cidadania ensinada como matéria — com testes, objectivos e grelhas — sem ligação à injustiça real nem à acção real, é apenas mais um slogan.

Opinião rápida, pensamento curto

Nunca houve tanta informação disponível e nunca foi tão fácil ter opinião sem saber nada. O método — verificar, comparar, duvidar — foi substituído pela certeza instantânea. Os jovens são as primeiras vítimas, porque cresceram dentro do ruído e não conheceram outra coisa.

A energia capturada

Os jovens têm a energia que falta ao país. Por isso o sistema trata de a capturar. Uma parte vai para as juventudes partidárias, onde aprende a lealdade antes de aprender a pensar. Outra parte vai para o activismo de ecrã, que dá a sensação de acção sem consequência. E a parte mais qualificada vai para o aeroporto. A emigração dos jovens não é só uma perda económica. É uma perda democrática: saem precisamente os que poderiam exigir mais.

A escola que precisamos

Uma escola de perguntas e não de respostas. Filosofia desde cedo, como em vários países europeus. Literacia mediática e digital: como funciona um algoritmo, como se verifica uma notícia, como se lê um orçamento. Assembleias de alunos com poder real sobre a vida da escola. Professores tratados como mentores, não como operadores de plataforma. A liberdade não se ensina. Desperta-se — e a escola é o primeiro lugar onde deveria despertar.

CAPÍTULO XI

A Linguagem do Regime: Palavras que Escondem

Orwell sabia que quem controla a linguagem controla o pensamento. O regime português não tem Ministério da Verdade. Tem algo mais eficaz: um vocabulário que dilui a responsabilidade.

Pequeno dicionário da irresponsabilidade

Diz-se	Quer dizer
"Houve um incidente"	Alguém falhou e ninguém vai responder
"Enfrentamos desafios"	Temos problemas que não resolvemos
"Está a ser avaliado"	Não vamos decidir tão cedo
"Foi criado um grupo de trabalho"	O assunto vai ser enterrado com dignidade
"Cativações"	Dinheiro aprovado que não vai ser gasto
"Ajuste directo por razões de urgência"	Não houve concurso
"Reestruturação"	Despedimentos, ou mais dinheiro público
"Os mercados reagiram"	Alguém ganhou muito dinheiro
"À justiça o que é da justiça"	Não vou responder à pergunta

A voz passiva como sistema de governo

Há uma gramática do poder. "Foram cometidos erros." Por quem? "Verificaram-se atrasos." Causados por quem? A voz passiva é a forma gramatical da impunidade: a acção existe, o autor desaparece.

Os rótulos que encerram o debate

Há também a linguagem que ataca. "Populista", "radical", "negacionista", "elitista": palavras que às vezes descrevem algo real, mas que muitas vezes servem para não discutir o argumento de quem as recebe. Este livro também usa rótulos — "infantil", "tribal", "providencial" — e por isso tem a obrigação de os definir e de os sustentar com factos. Um rótulo não é um argumento. É, no máximo, um resumo de um argumento que se fez antes.

Falar como adulto

O antídoto é simples e exigente: sujeito, verbo, complemento. Quem decidiu, o que decidiu, quanto custou. Um cidadão que se habitua a fazer estas três perguntas a cada frase oficial deixa de ser fácil de enganar.

PARTE IV

A Cura

CAPÍTULO XII

Como se Cura uma Infância Política

Não há cura milagrosa, e desconfiem de quem a prometer. Há método. E o método resume-se numa ideia: **consequência mensurável**. Cada decisão pública deve ter um responsável com nome, um custo conhecido, um prazo e uma avaliação.

Os quatro pilares

1. **Transparência operacional.** Publicação automática, em formato aberto, de todos os contratos públicos, pareceres, votos e agendas de governantes. Registo público de reuniões com lobistas. Decisões tornadas públicas antes de serem executadas, salvo verdadeiros segredos de Estado — e esses com prazo de validade e fiscalização independente.
2. **Auditoria independente.** Um Tribunal de Contas com meios e poder de sanção real. Uma autoridade anticorrupção fora do alcance do governo. Reguladores escolhidos por concurso, não por cartão partidário.
3. **Responsabilização nominal.** Quem decidiu assina. Quem falhou responde. Proibição efectiva das portas giratórias durante um período razoável após a saída de funções.
4. **Imprensa persistente.** Financiamento do jornalismo de investigação, protegido do governo e dos anunciantes. Protecção real dos denunciantes, que a Lei n.º 93/2021 já começou a dar.

Reformas do sistema político

- **Listas abertas ou voto preferencial**, para que o eleitor escolha pessoas e não só símbolos.
- **Círculos mistos**, uninominais e nacional, que aproximem o deputado de quem o elege sem perder a proporcionalidade.
- **Candidaturas independentes** à Assembleia da República.
- **Limitação de mandatos** e da acumulação de cargos.
- **Assembleias de cidadãos sorteados**, como as da Irlanda, que prepararam os referendos sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o aborto.
- **Referendos e iniciativa popular** mais acessíveis, à maneira suíça.
- **Orçamentos participativos** com peso real, do município ao Estado.

Tecnologia ao serviço do cidadão

Como programador, sei o que a tecnologia pode fazer e o que não deve fazer. Pode publicar tudo em tempo real. Pode cruzar contratos, nomeações e financiamentos para detectar padrões. Pode permitir consultas públicas sérias. Mas o código dos sistemas públicos tem de ser aberto e auditável, e a inteligência artificial deve ser ferramenta de análise, nunca decisora. A Estónia mostra o caminho; a Islândia mostrou que um povo pode até participar na escrita da sua Constituição.

O cidadão auditor

A cura não vem só de cima. Vem de cidadãos que fazem pequenas coisas com persistência:

- ☐ Pedir documentos à administração ao abrigo da lei de acesso aos documentos administrativos
- ☐ Ler os contratos publicados no portal BASE antes de opinar sobre eles

- ☐ Ir a uma assembleia municipal por ano
- ☐ Participar numa consulta pública
- ☐ Verificar antes de partilhar
- ☐ Acompanhar um caso até ao fim, mesmo depois de a imprensa o esquecer

Cidadania activa não é gritar mais alto. É insistir mais tempo.

CAPÍTULO XIII

Objecções e Respostas

Um diagnóstico que não enfrenta objecções é uma opinião em voz alta. Eis as mais fortes que conheço, e as minhas respostas.

"Portugal é uma democracia consolidada, com uma das imprensas mais livres do mundo." É verdade, e este livro não o nega. A liberdade formal existe; o que falta é força efectiva. Um jornalista pode ser livre de investigar e não ter meios para o fazer. Um tribunal pode ser independente e demorar quinze anos. A tese não é a de uma ditadura disfarçada. É a de uma democracia que funciona abaixo do que promete.

"O país melhorou muito em cinquenta anos." Melhorou, e seria desonesto não o reconhecer: esperança de vida, escolaridade, saúde, infraestruturas, liberdades. A questão não é se Portugal está melhor do que em 1974. É se está tão bem como poderia estar, com os recursos que recebeu e as pessoas que formou. E aí os números da produtividade, dos salários e da emigração respondem por mim.

"Os políticos não são todos iguais." Não são, e este livro não diz que são. Há gente honesta e competente em todos os partidos. O problema é o sistema que os rodeia: um bom deputado numa lista fechada, com disciplina de voto, tem pouco espaço para ser bom. Por isso as propostas deste livro são institucionais, não morais.

"Os portugueses têm o que escolhem." Esta é a objecção mais séria. Kant concordaria em parte: a menoridade é também culpa própria. Mas a oferta forma a procura. Um povo a quem só se serve espuma não aprende a pedir substância. A responsabilidade é partilhada, mas não é simétrica: quem tem mais poder tem mais culpa.

"Mais democracia directa dá poder aos demagogos." É um risco real, e Platão seria o primeiro a lembrá-lo. Por isso defendo democracia directa com deliberação: assembleias informadas, tempo para pensar, informação verificável. A experiência irlandesa mostra que cidadãos comuns, bem informados, decidem com mais serenidade do que muitos parlamentos.

"Este livro é pessimista e alimenta o cinismo." Seria, se terminasse no diagnóstico. Mas o cinismo diz "não há nada a fazer". Este livro diz o contrário: há muito a fazer, e sabe-se o quê.

EPÍLOGO

A Saída não é um Homem, é um Povo Adulto

Os meus pais eram funcionários dos Caminhos de Ferro. Cresci numa casa junto à linha, a ver passar comboios que iam para sítios onde eu ainda não sabia que queria ir. Fui. Aprendi a programar máquinas em Portugal, em Inglaterra, nos Países Baixos, em França e nos Estados Unidos. Ajudei a escrever sistemas operativos. Voltei.

E em cinquenta anos de trabalho aprendi uma coisa sobre sistemas que vale também para países: um sistema não é melhor do que os seus mecanismos de correcção. Todos os sistemas têm erros. Os bons são os que os detectam, os registam e os corrigem. Os maus são os que os escondem — até ao dia em que tudo bloqueia.

A democracia portuguesa tem os mecanismos de correcção desligados. A justiça demora, a imprensa esquece, os partidos protegem-se, o cidadão cansa-se. Nenhum destes erros é fatal sozinho. Juntos, deixam o sistema a correr em modo degradado, sem que ninguém dê pelo alarme.

O meu lema de sempre foi servir os mais fracos contra os que tudo podem. Não conheço outra forma de o fazer que não seja esta: religar os mecanismos de correcção. Dar à justiça prazos, à imprensa meios, aos partidos regras, e ao cidadão poder.

Não precisamos de salvadores. Já tivemos demasiados. Precisamos de cidadãos que pensem sem tutela, que perguntem sem medo e que insistam sem desistência. Kant chamou-lhe sair da menoridade. Eu chamo-lhe, simplesmente, crescer.

A saída não é um homem. É um povo adulto.

Francisco Gonçalves

Fontes e Leituras

Casos documentados

- Instituto Português da Qualidade — quando o concurso dá lugar à escolha
- SIRESP em Pedrógão Grande — que comunicações falharam?
- Matosinhos — dez anos à espera de uma sentença
- Autoridade Tributária — o que se compra num licenciamento «ilimitado»?
- CITIUS — mudar o mapa judiciário sem perder os processos

Dados citados

- Tribunal de Contas: custo do BPN até 2022 (Observador)
- Tribunal de Contas: quase 21 mil milhões em apoios à banca, 2008–2019 (DN)
- Tribunal de Contas: ajudas à banca equivalentes a três meses de impostos (DN)
- Custo da resolução do BES, cerca de 8 mil milhões (RTP / Lusa)
- Venda do Novo Banco ao BPCE, 2026 (Forbes Portugal / Lusa)
- Eurobarómetro 2024 sobre corrupção em Portugal (Ordem dos Advogados / Público)
- Abstenção nas legislativas, 1975–2025 (Barlavento / Lusa)
- Abstenção recorde de 2019 (Notícias ao Minuto / Lusa)
- Lei do financiamento dos partidos, art. 5.º (Tribunal Constitucional)
- Subvenção por voto e por deputado em 2025 (Renascença)
- Repórteres Sem Fronteiras — Portugal, ranking 2026
- Morosidade da justiça portuguesa (The Portugal Post)
- Estado de Direito na UE: eficiência da justiça portuguesa (RTP)
- Risco de pobreza em Portugal (Fragmentos do Caos, com dados do INE)
- Portugal, Balanço Social 2025 — Nova SBE (Sábado)

Livros do autor em que esta edição se apoia

- Os Donos do Regime
- O Teatro dos Partidos
- O Grande Roubo da República
- O Caderno Negro da Corrupção Portuguesa
- A Arte de Bem Roubar em Portugal
- A República dos Carimbos
- Os Senhores da Miséria
- Ensaios sobre o Declínio da Educação
- Democracia Directa — Do Palco ao Povo
- Portugal: Meio Século de Declínio e o Despertar Necessário
- A Lenta Morte das Democracias
- Manual do Cidadão Português

Clássicos

- Platão, *República* (Livros VII e VIII) e *Apologia de Sócrates*
- Aristóteles, *Política* e *Ética a Nicómaco*
- Montesquieu, *Do Espírito das Leis* (1748)
- Immanuel Kant, *O que é o Iluminismo?* (1784) e *A Paz Perpétua* (1795)
- Jeremy Bentham, escritos sobre a publicidade judicial
- Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América* (1835–1840)
- Robert Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos* (1911)
- Karl Popper, *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* (1945)
- George Orwell, *1984* (1949) e *A Política e a Língua Inglesa* (1946)
- Guy Debord, *A Sociedade do Espectáculo* (1967)
- Neil Postman, *Divertirmo-nos até à Morte* (1985)
- José Gil, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (2004)